

STÖRIG, Hans Joachim (2003) *A Aventura das Línguas – Uma História dos Idiomas do Mundo*. Tradução de Clória Paschoal de Camargo, atualizações de Saulo Krieger. São Paulo: Melhoramentos (269 páginas)

Resenhado por: Mário A. PERINI
(Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Palavras-chave: *Divulgação científica; História das línguas.*

Key-words: *Scientific popularization; History of languages.*

1. Divulgação científica

Bons livros de divulgação científica são mais importantes do que parecem. Além de “divertir ensinando”, eles desempenham um papel na orientação profissional de futuros cientistas, e de certa forma defendem a imagem da ciência junto ao público – que, afinal de contas, é quem paga a conta, e tem o direito de saber o que se anda fazendo em cada ciência.

A lingüística tem sido muito mal servida de tais livros; não temos (nem em português nem em outras línguas) nada comparável ao excelente acervo de livros de história, arqueologia, paleontologia, astronomia e mesmo matemática dirigidos ao leitor não-especialista. Assim, o aparecimento de um bom livro de divulgação lingüística deve ser saudado com alegria em nossos círculos, pois viria preencher uma séria lacuna na bibliografia sobre a área. Desse ponto de vista, a iniciativa da Melhoramentos de publicar um livro de divulgação lingüística merece o nosso aplauso.

Infelizmente, a escolha da obra a ser traduzida foi mal orientada. *A Aventura das Línguas* (já na 4ª edição) é, em uma palavra, um livro inepto. Associa um estilo freqüentemente confuso a uma grande quantidade de comentários pessoais totalmente irrelevantes, quando não inadmissíveis em alguém que se diz um cientista da linguagem; e não é em absoluto

isento de informações incorretas. No que se segue, vou apresentar uma pequena seleção dos muitíssimos senões que encontrei ao ler o livro. Direi, de saída, que são de tal monta, e tão numerosos, que o inutilizam como obra recomendável de divulgação científica.

2. Plano do livro

Störig se concentra em aspectos históricos: parte da decifração das escritas antigas (Cap. I), depois percorre as línguas do mundo, classificando-as geneticamente (Cap. II – XI), discute a tipologia das línguas (Cap. XII), os pidgins e crioulos (Cap. XIII) e termina com um capítulo sobre línguas artificiais (Cap. XIV). Um Apêndice oferece uma lista de símbolos fonéticos, e o livro termina com uma bibliografia, dominada por obras em alemão (o que faz sentido, já que o livro foi publicado originalmente em alemão).

O plano em si é defensável: procura manter-se em um terreno concreto, sem discussões teóricas de pouco interesse para o não especialista. E certamente a questão da origem e evolução das línguas é um dos temas lingüísticos mais fascinantes para o público em geral. O problema de *A Aventura das Línguas*, portanto, não está em sua concepção básica, mas na maneira como o autor a desenvolve. A seguir, tentarei apresentar o que considero os defeitos principais do livro.

3. Falta de objetividade

Störig parece ter preferência por certas línguas, que considera mais bonitas ou mais expressivas (a maioria das pessoas abriga tais sentimentos). Assim, há um capítulo especial para o grego antigo, outro para o latim. Mas Störig se deixa levar por seu entusiasmo a ponto de querer transmiti-lo ao leitor, mais ou menos à força. Por exemplo, diz ele do grego antigo que tem um som

“extraordinariamente bonito para nossos ouvidos. Ele depende, em essência, da plenitude das vogais e dos ditongos. Há palavras que apresentam apenas uma consoante, com três ou quatro vogais: *oikíai* [...] “casas”, e mais bonito ainda, *oididiáo* ‘eu canto’.” (p. 71)

[dou as palavras gregas em transcrição; no original estão no alfabeto grego]

Os leitores podem aceitar (ou não) que essas palavras são belíssimas, mas que papel tem uma afirmação dessas no contexto de uma obra de divulgação científica? Störig tenta justificar em parte a eufonia do grego por seu caráter “musical, quase ‘cantado’”, em virtude dos tons vocálicos, que ele tenta explicar sem sucesso (p. 73). Note-se que, em suas citações do grego, Störig usa o alfabeto original, o que certamente não facilita a tarefa do leitor que nunca estudou a língua.

Observações subjetivas desse gênero se repetem com frequência no decorrer do livro. Assim, ele critica o alfabeto cirílico porque certas letras representam mais de um som, como o caso das vogais do russo (reduzidas quando átonas), e porque não marca o acento tônico das palavras – sem perceber que tais problemas são comuns à ortografia da maioria das línguas, sem excluir o seu alemão nativo (onde as cinco ocorrências da letra *e* em *Mehl*, *Feuer*, *Fell*, *mein* têm cada uma um som diferente).

Depois de uma discussão dos critérios de tipologia das línguas, Störig formula a seguinte pergunta:

“[...] estes métodos permitem verdadeiramente a compreensão da autêntica essência da língua, ou seja, de seu “espírito”? Qualquer pessoa que se dedique com paixão a uma língua sentirá que não se trata apenas de uma coleção aleatória de palavras, regras, características, mas antes de uma individualidade. Nela vive algo de efeito extremamente poderoso – que não se deixa atingir por meio de medidas e tabelas.” (p. 231)

Comentários nebulosos como esse não têm nenhuma função concebível na transmissão da mensagem que o livro se propõe transmitir.

Na página 247, Störig menciona a situação, “lastimável até hoje, de haver muitos povos com várias línguas” – uma opinião que certamente a maioria dos lingüistas (e não lingüistas) contestaria com veemência. E o próprio Störig, na página seguinte, a contradiz, dizendo

“Com certeza, o remédio não seria abolir as línguas naturais e impor a todas as pessoas a mesma língua; nem mesmo a mais brutal das ditaduras conseguiria tal coisa – felizmente.” (p. 248)

Como se vê, não é fácil saber com segurança o que é que Störig favorece.

4. Erros de informação

Störig se refere ao chinês como “uma língua à qual parece faltar a maioria daquilo que compreendemos sob o nome de ‘gramática’” (p. 196). E, embora diga apenas que “parece”, não desenvolve a observação, de maneira que o leitor fica autorizado a concluir que o chinês realmente não tem gramática.

Diz ele que a escrita maia “tem resistido, até agora, a todas as tentativas de decifração” (p. 216), ignorando os trabalhos de Yuri Knorosov, que levaram à decifração nos anos 70.

Störig parece aceitar a tipologia das línguas em isolantes, aglutinantes, flexionais e polissintéticas (proposta por Schlegel em 1818), como se não tivesse havido, depois disso, quase 200 anos de estudos de tipologia, resultando em classificações muito mais sofisticadas (veja-se, por exemplo, já o capítulo VI de *Language*, de Edward Sapir, 1921, e toda uma bibliografia nos 80 anos seguintes)

Störig define *polissemia* como “A síntese de raiz mais desinência com vários significados ao mesmo tempo” (p. 229). Mas polissemia não é isso, ou pelo menos não é só isso. Definir polissemia é um problema sério de análise e metodologia, que merecia mais do que essa definição apressada.

5. Informação irrelevante

Störig tem a tendência de sobrecarregar o texto com informação irrelevante para o assunto em pauta, o que o torna mais difícil de ler. Por exemplo, diz ele que certas línguas

“Para reproduzir seus próprios sons [...] adicionaram aos caracteres latinos sinais diacríticos (= distintivos, do grego *diá* ‘através, separadamente’ e *krínein* ‘separar, distinguir’).” (p. 53).

Qual é a importância de dar a etimologia de *diacrítico*, nesse contexto? Sem contar que juntar as traduções dadas aos dois elementos gregos não resulta no significado da palavra *diacrítico*.

Outro exemplo: depois de comentar a função gramatical do sufixo latino *-is* em *agis* ‘(tu) fazes’, ele acrescenta:

“O mesmo é válido para a forma verbal em alemão *tust*, correspondente a *agis*. Completa, a sentença é a seguinte: *Quidquid agis, prudenter agas et respice finem* [...]” (p. 226)

Mas para que dar a sentença completa de onde se tirou a palavra *agis*? E, aliás, a analogia de *tust* com *agis* não é imediatamente evidente, o que redobra a dificuldade para o leitor.

6. Planejamento deficiente

Ao tratar do latim, Störig, sem dúvida um classicista entusiástico, dá uma lista de expressões latinas, o que valeria como exemplo do uso do latim nos tempos modernos. Mas ele dá mais de 70 expressões (p. 94-99), a maioria das quais são simples alusões literárias, sem uso nenhum nas línguas modernas; o melhor que leitor pode fazer é simplesmente saltar essa lista.

Ao tratar das línguas “polissintéticas”, Störig não menciona nenhuma delas, nem analisa nenhuma construção típica. Em vez disso, cita uma construção alemã e uma francesa que seriam semelhantes às utilizadas nas línguas “polissintéticas”. Ou seja, em um parágrafo que deveria explicar esse (presumível) tipo de língua, nenhuma delas é examinada, nem sequer mencionada.

7. Estilo

O estilo de Störig é freqüentemente confuso, principalmente considerando-se a clientela do livro, composta principalmente de pessoas sem formação profissional em lingüística.

Por exemplo, tudo o que Störig diz a respeito do sistema numérico dos maias é:

“O sistema numérico maia [...] era *vigesimal*, isto é se baseava no número 20.” (p. 216)

A gente fica imaginando se um leitor sem diploma de matemática sabe exatamente o que é um sistema vigesimal. Seria o caso de explicar

direito, ou melhor ainda, nem mencionar o fato, que afinal de contas não tem a ver diretamente com a língua dos maias.

Comentando o sufixo basco *-k*, diz Störig:

“parece ser uma terminação de caso [...] mas na verdade indica que a palavra é sujeito da frase seguinte.” (p. 179)

Ou seja, *-k* é justamente uma terminação de caso (nominativo)!

Em outro comentário sobre o basco, ele afirma:

“Também o verbo e seu comportamento na frase são traiçoeiros (para o estrangeiro).” (p. 179)

É verdade que o uso dos verbos costuma ser difícil para os estrangeiros, mas não só em basco; isso vale certamente para todas as línguas.

A conceituação de fonética x fonologia (p. 230) é um modelo de obscuridade. Uma das coisas que se pode entender é que a fonética é uma ciência, mas a fonologia não (o que vem como uma má notícia para os fonologistas). Tentando dar exemplos, Störig se refere a [k] e [g] alemães como “palatais”, o que é pelo menos uma nomenclatura estranha. Fala de fonemas “enfáticos” sem dizer o que são (mas usando-os como exemplos numa explicação), e conclui

“Estas indicações devem ser suficientes para tornar claro que na classificação de línguas a fonética e a fonologia [...] não devem ser esquecidas.” (p. 230)

Störig se pergunta se algumas das línguas européias da atualidade não seriam originalmente crioulos. A pergunta faz sentido, e seria interessante saber o que é que se pensa a respeito. A resposta que ele dá é:

“A resposta depende simplesmente da amplitude que se queira dar aos conceitos de pidgin e crioulo. Se a amplitude for tal que abranja também o iídiche, o africâner, o inglês e seus estágios antigos, estes perderão sua utilidade.” (p. 244)

É difícil atribuir significado coerente a essa passagem: a que se refere o anafórico *estes*? Aos conceitos de pidgin e crioulo? E nesse caso, por que,

exatamente, eles perderiam a utilidade se admitíssemos que essas línguas são, ou foram, crioulos? Aqui seria necessário, pelo menos, alguma explicação.

Na introdução ao quadro de símbolos fonéticos, Störig diz que “a transcrição fonética é importantíssima para as vogais” [p. 261] – por que não é tão importante para as consoantes é coisa que ele não explica.

8. O quadro fonético

Nas páginas 261-265, Störig dá uma lista de símbolos fonéticos com explicação e exemplificação de cada um. A transcrição, apesar do que se diz na introdução ao quadro, não segue totalmente as convenções da IPA (ele usa um ponto subscrito para indicar vogal breve tônica, linha subscrita para vogal longa tônica, e dois pontos para vogal longa somente quando átona). Aqui também se encontram várias passagens confusas.

Ao dar o quadro dos símbolos fonéticos para as consoantes, Störig diz que

“as letras b, d, f, k, l, m, n, p, r, t possuem, na transcrição fonética, o mesmo valor que na pronúncia normal” (p. 264).

Isso, mesmo para um alemão, deve trazer complicações (o *r* não soa da mesma maneira em Hamburgo e em Munique). Mas para um brasileiro as incertezas vão ser muitas: o som de *l* é o de *lá* ou o de *mal*? o *m* de *má* ou o de *bem*? o *n* de *não* ou o de *hífen*? o *r* de *rato* ou o de *cara*? o *r* de Salvador ou o de Campo Grande? o *t* de *tá* ou o de *tia*? Aqui os tradutores tinham que ter acrescentado pelo menos uma nota. Afinal de contas, preocuparam-se o bastante para até acrescentar uma seção especial sobre a língua portuguesa.

Para o símbolo [ʔ] (creio que se trata de [ʔ]), Störig dá a seguinte explicação: “oclusiva pré-vocálica” (p. 265), o que certamente é insuficiente para caracterizar esse som.

9. A contribuição de Hernâni Donato

Como o original não dá atenção especial à língua portuguesa, os editores, com razão, decidiram incluir uma seção adicional, intitulada “Onde participamos da aventura: a língua portuguesa”(p. 112-122). Confiaram a redação ao historiador Hernâni Donato, que infelizmente não se saiu bem nessa tarefa um tanto afastada de sua área habitual de atuação.

Um dos problemas é que Donato não é suficientemente informado sobre lingüística. Fala do galego-português como “emanado do romano” (do latim?), atribui origem árabe à preposição *até* (do latim *ad tenus*), e menciona línguas inexistentes, como o “indígena”, o “árabe índico” e os “falares negros”. Ao tratar da origem das palavras portuguesas, coloca entre os empréstimos “trazidos pelas correntes migratórias” palavras como *níquel*, *zinco*, *telefone*, *telepatia* e *gás*, que são palavras internacionais que entraram na língua sem intervenção dos imigrantes. Aliás, ele dá *gás* como de origem alemã, quando na verdade é palavra holandesa, inventada por J. B. Helmont no século XVII e passada ao português através do francês (cf. *Aurélio*, verbete *gás*).

Sua linguagem é também um tanto preciosista, bastante obscura e muito longe do ideal de objetividade normalmente perseguido pelos lingüistas. Por exemplo, o testamento de Elvira Sanchiz (um dos primeiros documentos em português) tem “embrião, perfil e contornos já bem aclarados”; o português recebeu uma contribuição “dos guardados da história peninsular”; cita Joaquim Nabuco como dizendo que “a língua portuguesa há de ficar perpetuamente proindiviso entre nós” (*proindiviso?* talvez seja *proindivisa* – mas que palavra é essa?); lista palavras de “saborosa inspiração ameraba” (*ameraba?*) e por aí vai.

Donato também veicula idéias que certamente seriam rejeitadas por um lingüista profissional de hoje, como a de que o clima tem ação direta sobre certos fenômenos fonéticos, e a de que o português se caracteriza por uma insólita proliferação de sibilantes.

Finalmente, mesmo quando trata de fatos históricos, parece-me que Donato às vezes tropeça. Assim, Sêneca, Lucano, Marcial e Quintiliano são dados na página 112 como autores do século V, quando na verdade são dos séculos I e II. As tribos germânicas teriam invadido o Império Romano no século VI, quando na verdade isso ocorreu no século V.

10. Conclusão

Não consegui ver em *A Aventura das Línguas* os méritos louvados pelo prefaciador, Erwin Theodor, que o considera “verdadeira fonte de revelações, narradas em linguagem simples e clara” (p. 12).

A conclusão é um tanto triste: uma iniciativa louvável da editora acabou sendo inutilizada por uma escolha infeliz, e o menos que se pode dizer é que a lacuna continua tão séria quanto antes – ou talvez mais, pois desse tipo de lacuna se pode dizer que antes em branco do que mal preenchida.

E-mail: marioperini@hotmail.com